



Pasta de Transição
XXIII Governo Constitucional
Março de 2024

Esta Pasta de Transição Pública contém alguns dos projetos mais relevantes que estão em desenvolvimento nas várias áreas governativas.

Índice

Equipamentos de Saúde	04
Equipamentos Sociais	06
Escolas	08
Jovens	10
Ciência	12
Ensino Superior	13
Habitação	14
Aeroporto	18
Ferrovias	19
Mobilidade Urbana	23
Rodovia	26
Recuperação de Património	29
Professores	30
Água	31
Combate a Incêndios	33
Energia	35
Media	38
Digitalização	39
Equipamentos das Forças de Segurança	41
Equipamentos de Justiça	43
Equipamentos Militares	44
Fundos Europeus	45
Administração Pública	46
Serviços Públicos	48



Obras de construção do Hospital Central do Alentejo

Equipamentos de Saúde

OBRAS

1. Construção de 129 novos centros de saúde e Requalificação de 475 centros de saúde → dotação total de 511M€ (PRR).

a. Dos 129 projetos de construção (258M€):

- i. 55 projetos em fase de candidatura [inclui projetos em fase de construção] (124,8M€);
- ii. 5 candidaturas estão em análise (11,6M€);
- iii. 44 projetos em fase de programa funcional ou com projeto em elaboração (77,1M€);
- iv. 17 projetos em preparação de empreitada ou contratação para empreitada (33,3M€);

v. 4 têm a empreitada em curso (9,8M€);

vi. 4 construções estão concluídas (4,3M€).

b. Dos 475 projetos de requalificação (253M€):

- i. 211 projetos em fase de candidatura [inclui projetos em fase de empreitada] (140,2M€);
- ii. 108 candidaturas estão em análise (39,5M€);
- iii. 79 projetos em fase de programa funcional ou com projeto em elaboração (37,0M€);
- iv. 32 projetos em preparação de empreitada ou contratação para empreitada (13,8M€);

- v. 19 têm a empreitada em curso (13,1M€);
 - vi. 26 requalificações estão concluídas (9,1M€).
2. Novo Hospital Central do Alentejo → **Em fase adiantada de construção, prevê-se que a obra esteja concluída até ao final do ano de 2024.** Com um investimento de cerca de 150M€, a construção deste hospital é reconhecida, desde há longos anos, como um projeto da maior relevância estratégica para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), permitindo a obtenção de ganhos de racionalidade e eficiência no desempenho e funcionamento da rede hospitalar, com importantes benefícios para o desenvolvimento regional do Alentejo ao nível da proximidade, modernização e qualidade de prestação de cuidados de saúde às suas populações.
 3. Hospital de Proximidade de Sintra → **empreitada em conclusão (48,9 M€ verbas municipais) e equipamento (21,6 M€ verbas PRR);**
 4. Programa de Incentivo Financeiro à Qualificação dos Blocos de Parto do SNS → **intervensões em 33 blocos de partos (27 M€);**
 5. Requalificação do edifício da cirurgia/imagiologia do IPO de Coimbra → **em fase de construção (38 M€);**
 6. Reabilitação do Bloco de Partos de apoio à Urgência da Unidade de Vila Real → **em fase adiantada de construção (3,4 M€);**
 7. Construção do novo edifício do serviço de urgência do Hospital de Setúbal → **em construção (22 M€);**
 8. Remodelação da consulta externa da ULS Médio Tejo → **empreitada em conclusão (1,8 M€);**
 9. Construção de 4 novos serviços de internamento de Saúde Mental em hospitais gerais, requalificação de 20 serviços locais de saúde mental e intervenção em 6 unidades de psiquiatria forense → **60 M€ (PRR);**
 10. Programa de Modernização Tecnológica do SNS → **117 M€ (PRR)**, para aquisição de 82 equipamentos médicos pesados (6 robots cirúrgicos, 18 ressonâncias magnéticas, 11 aceleradores lineares, 8 câmaras gama, 15 angiógrafos, 24 tomografias computadorizadas).

EM FASE DE PROJETO

1. Novo Hospital de Lisboa Oriental → Contrato assinado com o adjudicatário (PPP para a construção) em fevereiro de 2024 (processo em fase de visto do Tribunal de Contas). Valor da despesa autorizada (preços correntes, 30 anos) → **832,3 M€;**
2. Novo Hospital de Proximidade de Seixal → em fase de revisão de projeto (estima-se que a empreitada de construção possa ser lançada no 2º semestre de 2024) → **65,7M€;**
3. Novo Hospital do Oeste → aprovação em junho de 2023 do perfil assistencial e localização, estando em estudo o modelo de financiamento;
4. Novo Hospital Central do Algarve / Centro Regional de Oncologia do Algarve → **aprovação, em fevereiro 2024, do dimensionamento e perfil assistencial proposto pela Equipa de Projeto para o Novo Hospital Central do Algarve;**
5. Centro de Radioterapia de Viseu → em fase de adjudicação da empreitada (26 M€);
6. Novo Hospital de Barcelos → **perfil funcional, modelo de financiamento e articulação com Hospital de Braga (em definição);**
7. 2ª Fase do Hospital de Beja → **perfil funcional, programa funcional e modelo de financiamento (em definição até junho de 2024);**
8. Novo Departamento Materno Fetal do Hospital de Coimbra → **em fase de projeto (54,1M€);**
9. Criação de 5 900 camas de internamento na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e na Rede Nacional de Cuidados Paliativos → **em fase de aprovação das candidaturas (248 M€ - PRR);**
10. Novo Edifício de Ambulatório do IPO de Lisboa → **em fase de adjudicação do projeto (67,5 M€).**

Equipamentos Sociais

PROJETOS PRR E PARES

A construção e renovação de equipamentos de sociais de apoio a infância e aos idosos e pessoas com deficiência foi uma prioridade deste Governo. No âmbito do PRR e do PARES, estão alocados 844M€:

- Creches: criação de 27.445 lugares, dos quais:
 - 15.445 (56,3%) estão com elevado nível de execução;
 - 12.000 (43,7%) estão em fase final de análise de candidaturas.
- Respostas ao Envelhecimento: criação de 24.377 lugares, dos quais 20.589 (84,46%) estão com elevado nível de execução;
- Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas: criação de 13.645 lugares, dos quais 9.053 (66,35%) estão com elevado nível de execução;
- Centros de Dia: criação de 4.724 lugares, dos quais 2.933 (62,09%) estão com elevado nível de execução;
- Serviço de Apoio Domiciliário: criação de 13.849 lugares, dos quais:
 - 7.849 (56,67%) estão com elevado nível de execução;
 - 6.000 estão em fase de concurso.
- Habitações colaborativas e comunidades de inserção: criação de 2.159 lugares, dos quais 754 (34,92%) estão com elevado nível de execução;
- Respostas às pessoas com deficiência: criação de 5.693 lugares, dos quais 3.562 (62,56%) estão com elevado nível de execução;
- Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão: criação de 3.436 lugares, dos quais 1.930 (56,17%) estão com elevado nível de execução;



Mais 15.361 lugares em creches em execução

- Lares Residencial: criação de 1.909 lugares, dos quais 1.504 (78,78%) estão com elevado nível de execução;
- Residências Autónomas: criação de 348 lugares, dos quais 128 (36,78%) estão com elevado nível de execução;
- Veículos elétricos: aquisição de 2.500 viaturas, das quais 1.308 (52,32%) já concretizadas.

Escolas

ESCOLAS CONSTRUÍDAS/ REQUALIFICADAS PELA CONSTRUÇÃO PÚBLICA E.P.E.

- **Escola Secundária de Camões**
 - A consignação da empreitada de reabilitação da Escola Secundária de Camões ocorreu em agosto de 2019;
 - A Receção Provisória Parcial - Fase 1 ocorreu em junho de 2022;
 - A data de conclusão da empreitada estima-se para o 2º semestre de 2024 – para a abertura do ano letivo 2024/2025.
- **Escolas Artísticas de Música e Dança do Conservatório Nacional**
 - A empreitada foi consignada em outubro de 2021;
 - Prevê-se que a empreitada possa estar concluída no 4.º trimestre de 2025.
- **Escola Artística António Arroio (conclusão das obras de modernização)**
 - No passado dia 7 de março, foi publicado o anúncio do concurso público para a “Nova Empreitada de Conclusão das Obras de Modernização da Escola Artística António Arroio”.



Obras em curso nas Escolas Artísticas de Música e Dança do Conservatório Nacional

REQUALIFICAÇÃO DE ESCOLAS

No âmbito do processo de descentralização de competências para as autarquias, o Governo assumiu a responsabilidade da construção de novas infraestruturas e da recuperação/reabilitação de um conjunto de escolas transferidas para os municípios, através da criação de um programa para garantir o financiamento a 100% de todos estes investimentos.

A 21 de julho de 2023 foi assinado um protocolo de compromisso com a ANMP onde ficou definido o modelo de financiamento e onde foram identificadas as escolas com prioridade de intervenção, de acordo com o estado de conservação das infraestruturas escolares, numa lista consensualizada de 451 escolas.

O Governo já deu início ao cumprimento do Programa Escolas, com a abertura em janeiro de 2024 do aviso de concurso no âmbito do PRR, com uma dotação de 450M€.

Também a dotação proveniente dos programas regionais do Portugal 2030 está a ser mobilizada através de Avisos já abertos (como no caso do Programa Lisboa 2030 e Centro 2030), ou a abrir muito brevemente noutros programas regionais (à medida que forem sendo contratualizados os Planos de Ação com as CIM). Na prática, todas as fontes de financiamento previstas no Programa estão já a ser mobilizadas ou estão a ser desencadeados todos os procedimentos para a sua mobilização, quando esta se afigurar necessária.

Dotação global de 1,73 mil M€, financiada com fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (450 M€), do Portugal 2030 (100 M€), do BEI (Empréstimo-Quadro e um empréstimo concedido à República) e Orçamento do Estado (1.180 M€). O investimento **deverá ficar concluído até 2033**.



Residência António Cruz Serra integra o programa das novas residências universitárias

Jovens

PRÉMIO SALARIAL

A medida prevê que os licenciados e mestres tenham direito a receber anualmente um prémio salarial no valor de 697 euros por cada ano de licenciatura e 1500 euros por cada ano de mestrado (equivalente ao valor pago em propinas).

Os beneficiários que tenham concluído o grau académico antes de 2023 têm direito ao prémio pelo número de anos remanescente, desde que o número de anos subsequente à atribuição daquele grau académico seja inferior ao número de anos equivalentes ao ciclo de estudos respetivo.

Foi criada uma página no portal eportugal.gov.pt com toda a informação sobre a medida, um simulador e links para a submissão da candidatura.

Atualmente já foram submetidos mais de 90 mil pedidos.

O pagamento deste prémio salarial será feito através da AT ao longo do mês de julho, após verificação do cumprimento dos pressupostos.

ALOJAMENTO ESTUDANTIL

O PNAES é o maior investimento de sempre em alojamento estudantil em Portugal e o maior investimento das últimas décadas em edificado do Ensino Superior com uma dotação de 516M€ (375M€ de dotação inicial + 72 M€ de reforço + 69M€ resultantes da reprogramação do PRR):

- Intervenção em ~18.000 camas (aumento de ambição de 15.000 para 18.000 camas com a reprogramação PRR);
- Entre 2021 e 2026 passaremos de 157 para 243 residências e de 15.073 para 26.772 camas (+11.699 camas | +78% na capacidade atualmente instalada).

Além de novas camas (+11.699), prevê-se a adequação e renovação de alojamentos para estudantes do Ensino Superior.

Já estão em curso 131 projetos (valor total de 447M€), que permitirão a intervenção em 18.143 camas.

Dos 131 projetos, prevê-se que:

- 40 residências fiquem concluídas até ao final de 2024, com 4.275 camas intervencionadas;
- 66 residências fiquem concluídas até ao final de 2025, com 3.356 camas intervencionadas;
- 17 residências fiquem concluídas até ao final de 2026, com 3801 camas intervencionadas.



Imagem digital da futura sede da FCT no Campus Ciência XXI

Ciência

INSTALAÇÃO DO CAMPUS CIÊNCIA XXI

Encontra-se em curso o processo de instalação do Campus Ciência XXI, com uma dotação de 3,7 M€ e o “Balcão de Ciência” físico e em linha, com uma dotação de 2 M€, da responsabilidade de implementação da FCT (T4 2025). Já foi assinado o contrato de cedência para as futuras instalações da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito da criação do Campus Ciência XXI, medida de apoio à comunidade científica.

CENTRO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO AVANÇADA

Encontra-se em curso a criação de um Centro Nacional de Computação Avançada (CNCA) (21,7M€), abrangendo a contribuição nacional portuguesa para o novo supercomputador “Deucalion” e completando o centro de dados/infraestrutura de apoio ao funcionamento dos dois

supercomputadores “Deucalion” e “Mare Nostrum 5” (T4 2025), que já se encontram instalados.

EMPREGO CIENTÍFICO – FCT TENURE

Tendo por objectivo reforçar o emprego científico em Portugal, a FCT criou um novo instrumento de financiamento desenhado com o objetivo de promover a contratação de doutorados exclusivamente para posições permanentes. Pretende-se que o programa FCT-Tenure tenha uma periodicidade bienal das suas edições, constituindo-se como um instrumento central, tanto na estabilização profissional de investigadores e suas linhas de investigação, como na criação de um horizonte de carreira mais atrativo e sustentável para investigadores em ciclos iniciais de carreira. Foram abertos na primeira edição em 2023, 1000 posições. Em 2025, está prevista a abertura de 400 posições adicionais.

Ensino Superior

CONTRATO DE LEGISLATURA

Fruto do compromisso estabelecido pelo Governo e pelas instituições de ensino superior públicas no período 2016 a 2023, foi possível garantir o aumento das dotações orçamentais atribuídas a estas quer por via direta quer por via dos diversos mecanismos de financiamento nacional e comunitário colocados à disposição do sistema científico e tecnológico nacional e do qual as instituições de ensino superior são as principais beneficiárias. Com o fim de vigência do acordo estabelecido em 2019, encontrava-se em preparação uma proposta de renovação do contrato de legislatura para o período 2024-2027 no momento da entrada do Governo em funções de gestão.

O mesmo encontra-se em condições de aprovação para discussão com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e com o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.

O novo contrato de legislatura:

1. Garante estabilidade orçamental no período 2024-2027 e proporciona um quadro de perspectiva e planificação plurianual;
2. Sustenta-se no desenvolvimento de um novo

modelo de financiamento, que privilegia o desempenho estratégico das instituições de ensino superior através de mecanismos claros, justos e transparentes;

3. Reforça a autonomia financeira, patrimonial e de gestão e de recursos humanos das instituições de ensino superior públicas;
4. Garante apostas na ação social e alojamento, a modernização pedagógica e curricular e a internacionalização das instituições de ensino superior públicas.

O novo contrato cria também as condições adequadas para apoiar a contratação por tempo indeterminado de doutorados exclusivamente para a carreira de investigação científica bem como para promover a vinculação de 1400 investigadores nas carreiras docentes e de investigação, aprofundando a visão assumida desde 2016 sobre as relações laborais estabelecidas na comunidade científica, que assumiram o contrato de trabalho como o regime regra para a contratação de investigadores doutorados.



Novo Contrato de Legislatura para o Ensino Superior



Projeto do Programa de Arrendamento Acessível em Lousada

Habitação

1.º DIREITO

Este programa visa apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada.

O Programa assenta numa dinâmica promocional predominantemente dirigida à reabilitação do edificado e ao arrendamento.

Em 2018, foi realizado pelo IHRU, I.P. e pelos Municípios o Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional, tendo sido identificadas 26.000 famílias em situação de carência habitacional. Para dar resposta a todas as necessidades de carência habitacional identificadas, os 308 Municípios nacionais encontram-se a trabalhar nas respetivas Estratégias Locais de Habitação (ELH), sendo que à data há 284

já em execução. Neste contexto, até 2026, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) permite o financiamento em relação às primeiras 26.000 famílias em situação de carência habitacional apoiadas. Além do PRR, o Programa 1.º Direito é também cofinanciado, anualmente, por verbas do Orçamento de Estado.

À data, todas as metas estabelecidas para efeitos de cumprimento do PRR foram alcançadas, nomeadamente:

- Celebração de 75 acordos de financiamento (Q3/2022);
- 1.500 habitações entregues a famílias (Q3/2023).

Metas futuras estabelecidas para efeitos do PRR (todas as habitações estão no mínimo em fase de projeto):

- 10.000 habitações entregues a famílias (Q2/2025);
- 16.000 habitações entregues a famílias (Q2/2026).

Verba do PRR (após reprogramação): 1.407 M€. A este financiamento acresce cofinanciamento anual ao abrigo do Orçamento de Estado.

APOIO À PROMOÇÃO DE HABITAÇÃO PARA ARRENDAMENTO ACESSÍVEL

Promoção de habitação para arrendamento acessível, em que os destinatários podem aceder aos incentivos previstos na legislação fiscal, através das seguintes modalidades de apoio:

- Linha de financiamento, com garantia mútua e bonificação da taxa de juro;
- Cedência de terrenos e edifícios públicos.

A 6 de outubro de 2023, foi publicada a lei que aprova medidas no âmbito da habitação, procedendo a diversas alterações legislativas. Procedeu-se a uma auscultação ao mercado, nomeadamente a entidades do setor da mediação, da promoção e da construção imobiliária.

A 23 de fevereiro de 2024, foi publicada uma Portaria, que procede à definição dos termos e condições do apoio à promoção de habitação acessível na modalidade de cedência de terrenos e edifícios públicos.

Será agora necessário publicar uma Portaria referente à linha de financiamento. E deverá proceder-se à abertura de concursos para a cedência de terrenos e edifícios públicos.

A linha de financiamento, no montante máximo de 250 M€, destinada a projetos de habitação para arrendamento acessível, tem inerente uma participação pública de 5,1 M€ para apoio a esta linha de financiamento, já prevista no Orçamento do Estado para 2024.

PARQUE PÚBLICO DE HABITAÇÃO A CUSTOS ACESSÍVEIS

O parque público de habitação a custos acessíveis tem como objetivo responder à atual dinâmica de preços da habitação face aos níveis de rendimentos das famílias portuguesas, em especial em grandes ambientes urbanos, ao disponibilizar um parque público de habitações que poderão ser arrendadas a preços acessíveis por grupos-alvo específicos.

O investimento consiste na construção, incluindo a aquisição, de novos edifícios e na reabilitação de habitações públicas, de modo a disponibilizar 6.800 habitações até 2026, sem prejuízo da continuidade do investimento com outras fontes de financiamento, nomeadamente BEI.

À data, a meta estabelecida para efeitos de cumprimento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) foi alcançada. Nomeadamente:

- 520 habitações com obra iniciada (Q3/2022).

Encontram-se em obra ou a entrar em fase de obra 6.800 habitações.

1. Plano Integrado de Almada (PIA):

- Cerca de 870 habitações com projeto em fase final de aprovação para lançar concurso de empreitada até ao final do 1.º semestre de 2024;
- Cerca de 200 habitações a concluir em 2024;
- Cerca de 400 habitações em concurso de empreitada.

2. Plano Integrado de Setúbal (PIS):

- 785 habitações com projeto em fase final de aprovação para abertura de concurso de empreitada a lançar até ao final do 1.º semestre de 2024.

3. Imóveis da Lei das Infraestruturas Militares (LIM):

- 430 habitações em concurso de empreitada de conceção-construção (Estação Radionaval de Algés), a que acrescerão 340 habitações numa segunda fase do projeto;
- Cerca de 320 habitações com projeto ou estudo prévio em fase final de aprovação para abertura de concurso de empreitada de conceção-construção até ao final de 2024;
- O imóvel da Quinta da Alfarrobeira irá ser adquirido pelo IHRU, I.P. para parceria de arrendamento acessível com entidades privadas, estando o processo em tramitação.

4. Projetos do IHRU, I.P. em terrenos municipais ou em terrenos próprios (mais de 450 habitações);

5. Imóveis públicos devolutos inventariados, incluindo:

- Quinta do Estado, Amadora – cerca de 490 habitações, com a abertura de concurso de empreitada de conceção-construção a ocorrer durante o 1.º semestre de 2024;
- Antiga Luzoestela, Aveiro – mais de 100 habitações com projeto em fase final para abertura de concurso de empreitada a ocorrer durante o 1.º semestre de 2024;
- Bairro Vila Verde, Entroncamento – 40 habitações com obra concluída e disponibilizadas para arrendamento acessível, em processo de concurso para atribuição;
- Quinta da Baldaya, Lisboa – mais de 250 habitações com projeto em fase final para abertura de concurso de empreitada a ocorrer durante o 1.º semestre de 2024;
- Quinta das Conchinhas, Lisboa – mais de 150 habitações com projeto em fase final para abertura de concurso de empreitada a ocorrer durante o 1.º semestre de 2024;
- Castelo da Maia – mais de 220 habitações com estudo prévio finalizado para abertura de concurso de empreitada de conceção-construção até maio de 2024;
- Mais de 70 habitações devolutas do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. (IGFEJ, I.P.) localizadas por todo o território nacional, com projetos e obra em curso promovidos pelo IHRU, I.P.;
- Mais de 300 habitações devolutas do Estado em avaliação quanto às necessidades de reabilitação pelo IHRU, I.P.

6. Projetos financiados pelo IHRU, I.P., incluindo:

- Mais de 300 habitações candidatas diretamente pelos Municípios, nomeadamente o antigo Bairro da Cadeia, em Viseu, ou um novo projeto habitacional em Elvas, ambas em obras;
- 225 habitações com obra já adjudicada

em Lisboa, no antigo quartel do Cabeço da Bola, promovida pela Fundiestamo, SGOIC, S.A (Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado).

7. Protocolos com as Comunidades Intermunicipais (CIM), incluindo:

- CIM da Região de Coimbra – 1.618 habitações identificadas, sendo de destacar que nestas operações se encontram incluídos os imóveis da Defesa sitos na Figueira da Foz;
- CIM das Beiras e Serra da Estrela – 700 habitações identificadas;
- CIM do Médio Tejo – 1.132 habitações identificadas;
- CIM da Beira Baixa – 267 habitações identificadas;
- CIM da Lezíria do Tejo – 378 habitações identificadas;
- CIM Viseu Dão Lafões – 569 habitações identificadas.

8. Outros projetos a iniciar fora do âmbito do PRR (a financiar através de empréstimo do Banco Europeu de Investimento), incluindo:

- Cerca de 250 habitações no antigo Hospital Miguel Bombarda, em Lisboa (cujo Pedido de Informação Prévia aguarda pronúncia da Câmara Municipal de Lisboa desde agosto de 2021);
- Cerca de 90 habitações no Conjunto Habitacional do Serrado, em Almada;
- Cerca de 150 habitações no Conjunto Habitacional das Salésias, em Lisboa;
- Cerca de 250 habitações no Conjunto Habitacional Maria Droste, em Lisboa;
- Cerca de 84 habitações no Conjunto Habitacional Vale de Lagar, em Portimão.

Estas obras permitirão alcançar as metas estabelecidas para efeitos do PRR:

- 1.400 habitações com obra iniciada (Q3/2024);
- 520 habitações atribuídas (Q3/2024);

- 1.400 habitações atribuídas (Q3/2025); (1,1M€) - prevê-se inauguração em agosto de 2024.
- 6.800 habitações atribuídas (Q2/2026);
- Alojamentos entregues às entidades promotoras das forças de segurança (473 alojamentos a entregar – Q2/2026).
- Financiamento: verba do PRR (após reprogramação): 900 M€.

CRIAÇÃO DA BOLSA NACIONAL DE ALOJAMENTO URGENTE E TEMPORÁRIO (BNAUT)

O período de submissão de candidaturas ao financiamento termina no dia 31 de maio de 2024.

Financiamento: garantimos verbas do PRR (após reprogramação): 203 M€.

Este programa tem como objetivo criar uma resposta estruturada e transversal para a disponibilização de soluções de alojamento de emergência ou de transição destinadas a pessoas que se encontram em situação de risco e emergência, tendo em vista a sua inclusão social, proteção e autonomização, o combate às desigualdades e a garantia de uma adequada proteção social.

À data, todas as metas estabelecidas para efeitos de cumprimento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) foram alcançadas:

- Entrada em vigor do Decreto que procede à criação da BNAUT e que define o Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (PNAUT);
- Assinatura de acordos de financiamento para alojamento de emergência e de transição (500 alojamentos contratualizados – Q3/2022). Além desta meta, até à data, foram apresentadas candidaturas que perfazem mais de 1.000 alojamentos;
- Alojamentos com construção iniciada ou aquisição para alojamento de emergência e de transição (350 alojamentos em execução – Q3/2023). Até à data, existem mais de 390 alojamentos com construção iniciada ou adquiridos para alojamento de emergência e de transição.

Metas futuras estabelecidas para efeitos do PRR:

- Alojamentos com construção iniciada, ou aquisição para alojamento de emergência e de transição (2.000 alojamentos a entregar – Q2/2026):
 - Especificamente, no âmbito do programa de apoio à promoção de alojamento de emergência ou de transição para pessoas vítimas de violência doméstica e vítimas de tráfico de seres humanos, encontram-se em fase final de obra 10 moradias em Grândola

Aeroporto

NOVO AEROPORTO DE LISBOA

Há 50 anos que o país discute a necessidade de construção de um novo aeroporto na região de Lisboa e as suas possíveis localizações.

Em setembro de 2022, o Governo acordou com o líder do PSD a constituição de uma Comissão Técnica Independente que estudasse as várias opções de localização, dando ao decisor político uma base técnica na qual possa fundamentar a decisão.

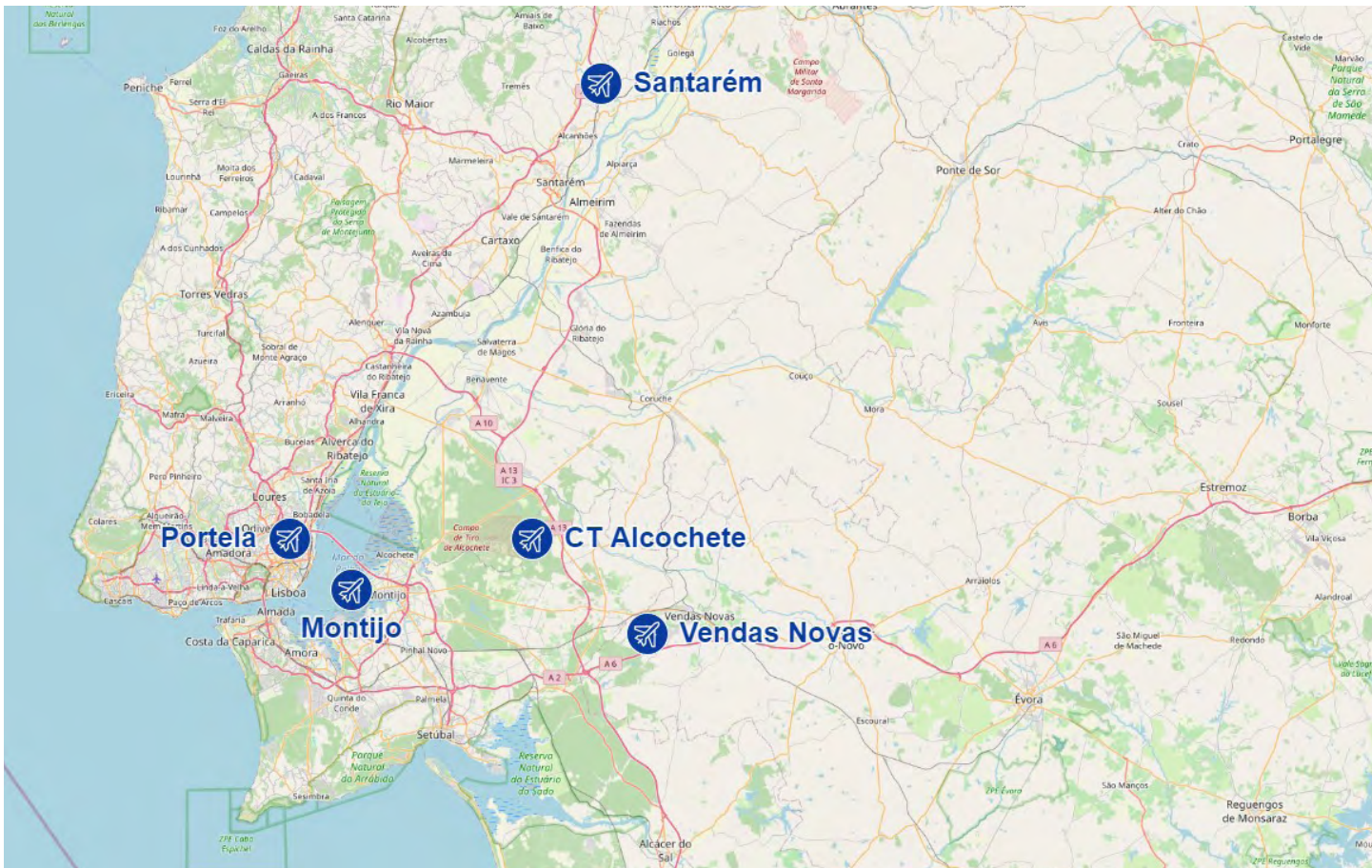
O estudo da CTI foi divulgado a 5 de dezembro 2023, seguiu-se um período de consulta pública, e a versão final foi entregue ao Governo no dia 11 de março de 2024.

A decisão sobre a localização da construção do novo aeroporto pode finalmente ser tomada pelo Governo

em funções, a qualquer instante e com base na melhor informação técnica disponível.

Os valores de investimento dependem, naturalmente, da opção que vier a ser tomada em termos de localização.

Paralelamente, tendo em conta as limitações de capacidade e operacionalidade, decorrentes do crescimento expressivo do tráfego aéreo, já sentidas no Aeroporto Humberto Delgado, deverão ser realizadas as obras necessárias à otimização desta infraestrutura aeroportuária. Os investimentos necessários já se encontram previstos, devendo a ANA, S.A. apresentar ao Governo até meados de abril de 2024 os projetos relativos ao cumprimento das obrigações específicas já identificadas.



Versão final do estudo para o novo aeroporto de Lisboa foi entregue a 11 de março

Ferrovias

LINHA DE ALTA VELOCIDADE

A ligação em alta velocidade Porto-Lisboa é o investimento público mais importante da primeira metade do século XXI. Não há uma aposta séria na ferrovia sem a concretização da Linha de Alta Velocidade (LAV).

A nova linha de alta velocidade Porto-Lisboa tem um investimento previsto de cerca de 4900 M€ até 2030.

Em abril de 2022 a IP apresentou uma proposta fundamentada para a adoção do modelo de parceria público-privada (PPP). Os estudos e avaliações de impacto ambiental do primeiro e do segundo troço da Fase 1 já estão concluídos.

A 12 de janeiro de 2024 foi lançado o concurso para o primeiro troço da LAV, relativo ao troço entre o Porto (Campanhã) e Oiã.

A 29 de janeiro foi submetida a candidatura ao financiamento comunitário no âmbito do Programa Connecting Europe Facility for Transport 2 relativa ao desenvolvimento da primeira fase do projeto.

Até ao final do 1º semestre de 2024, a IP deverá lançar o concurso para o segundo troço, entre Oiã e Soure, integrado na Fase 1.

A Fase 1 tem conclusão prevista para 2030 e já vai permitir um tempo de viagem entre Porto e Lisboa inferior a 2 horas.

A Fase 2 ainda não tem Avaliação de Impacto Ambiental e o respetivo concurso ocorrerá no início de 2025.

O traçado da Fase 3 da LAV, correspondente ao troço Carregado/Lisboa, está dependente daquela que virá a ser a localização do Novo Aeroporto de Lisboa.

CORREDOR INTERNACIONAL SUL (CIS)

Com 80 km de linha nova e 90 km de linha renovada, o CIS vai ligar os portos de Sines, Lisboa e Setúbal a Espanha, encurtando a distância entre Sines e a fronteira em três horas e meia.



Corredor Internacional Sul já tem novos troços concluídos

Além da linha nova, o Corredor Internacional Sul inclui a requalificação de várias partes das linhas de Sines, Sul, Alentejo, Leste, Évora e Vendas Novas.

No final, todo o Corredor estará eletrificado, dotado de sinalização eletrônica moderna e sem passagens de nível. A principal inovação destas obras é a construção de estações técnicas, que permitirão o cruzamento de comboios de mercadorias de 750 metros de comprimento, quando atualmente a estrutura apenas permite o cruzamento de composições de 400 metros.

As empreitadas da nova infraestrutura estarão concluídas no decorrer de 2024, seguindo-se um período de testes e certificação, pelo que a previsão de conclusão é durante o ano de 2025.

Representa um investimento global de 650 M€, parcialmente financiado pela União Europeia.

Troços concluídos:

- Linha do Leste: Elvas-Caia (Fronteira);
- Nova Linha: Freixo-Alandroal.

Troços com obra em curso:

- L. Sines: Sines/Ermidas Sado;
- L. Sul: Ermidas Sado/Grândola Norte 2ª Fase;
- Nova Linha: Évora Norte-Freixo, Alandroal-L. Leste e Évora-Évora Norte + Via e Catenária.

CORREDOR INTERNACIONAL NORTE: LINHA DA BEIRA ALTA E DA BEIRA BAIXA

O Corredor Internacional Norte representa um investimento global de 600 M€, parcialmente financiado pela União Europeia.

Abertura à circulação em 2024 e conclusão dos trabalhos em 2025.

1. Linha da Beira Alta

A modernização integral da Linha da Beira Alta, integrada no Corredor Internacional Norte, reveste-se de elevada importância na requalificação da Rede Ferroviária Nacional, oferecendo aos passageiros um transporte ferroviário mais eficiente nas ligações ferroviárias inter-regionais,

bem como na ligação a Espanha e restante Europa. Em simultâneo, um transporte ferroviário de mercadorias eficiente permite a articulação entre os portos do Norte/Centro e a fronteira de Vilar Formoso.

Assim, será possível reduzir tempos de percurso, aumentar a capacidade em cerca de 20% do número de comboios a circular por ano e para mais do dobro da capacidade em número de toneladas/ano, para além de contribuir para a sustentabilidade ambiental, com uma redução de emissões de mais de 120 milhões de ton. CO2 até 2046.

Estão em curso os trabalhos nos troços da Linha da Beira Alta, à exceção do Troço Guarda/Cerdeira, concluído em 2020.

2. Linha da Beira Baixa

Esta linha foi modernizada no troço entre a Covilhã e Guarda, destacando-se a renovação integral de 36 kms de via, a eletrificação de toda a extensão do troço e a reabilitação de seis pontes metálicas ferroviárias centenárias.

Este investimento elimina um *missing link* na Rede Ferroviária Nacional, que tinha sido encerrado à exploração desde 2009, incluindo a eletrificação em via única da ligação entre a Linha da Beira Alta e a Linha da Beira Baixa, bem como a construção de uma nova ponte ferroviária sobre o rio Diz.

A exploração do troço Covilhã/Guarda foi reaberta em 2021, após a modernização da Linha da Beira Baixa.

CORREDOR NORTE/SUL

O Corredor Norte/Sul representa um investimento global de 430 M€, parcialmente financiado pela UE. As obras em curso vão intervencionar mais de 200 km de linha férrea, melhorando a ligação entre o Eixo Atlântico de Portugal e o resto da Europa.

Os trabalhos na Linha do Minho já foram concluídos e os trabalhos na Linha do Norte devem ser concluídos durante o ano de 2024.

1. Linha do Minho

Esta intervenção vai reduzir o tempo de trajeto e aumentar a segurança ferroviária e rodoviária, suprimindo passagens de nível, reforçando

a exploração através da instalação de um novo sistema de sinalização e telecomunicações. Esta intervenção vai permitir triplicar a capacidade diária anual.

Já foram concluídas as obras do troço Alfarelos-Pampilhosa, encontram-se em curso as obras nos troços Espinho-Gaia e Mato Miranda, e estão em fase de aprovação dos projetos das obras de Ovar-Espinho e do Entroncamento.

2. Linha do Norte

A intervenção na Linha do Norte vai permitir reduzir o tempo de trajeto dos comboios de longo curso e possibilitar a circulação de comboios de mercadoria mais compridos, aumentando a competitividade do transporte ferroviário. Também as obras da Linha do Norte permitirão aumentar a segurança ferroviária e rodoviária.

As obras da Linha do Norte já se encontram concluídas.

CORREDORES COMPLEMENTARES

As obras nos chamados Corredores Complementares – Linha do Oeste, Douro, Cascais e Algarve - preveem a melhoria das condições operacionais, aumento do conforto e mais segurança.

Os Corredores Complementares representam um investimento global de 520 M€, parcialmente financiado pela União Europeia.

1. Linha do Oeste

O investimento de modernização em curso, inclui a eletrificação, construção de subestação de tração elétrica, reabilitação dos túneis ferroviários e intervenção nos sistemas de sinalização e telecomunicações. Em simultâneo será feita uma remodelação de plataformas de passageiros em estações e apeadeiros, para melhoria das condições de segurança e acesso dos utentes.

Troços:

- Meleças – Torres Vedras – Obra em curso;
- Torres Vedras – Caldas da Rainha – Obra em curso.

Prevê-se a conclusão das obras em 2025.

2. Linha do Douro

Está em curso a introdução de sinalização eletrónica, de forma a assegurar a tração elétrica do serviço regional e urbano.

Troços:

- Obra concluída: Caíde - Marco de Canaveses
- Obra em contratação: Marco de Canaveses – Rêgua

A adjudicação da empreitada encontra-se condicionada pela necessidade de formalização do contrato de financiamento.

3. Linha de Cascais

A modernização da Linha de Cascais garante uma melhoria das condições de segurança (com a instalação de sistemas de videovigilância, intervenções em atravessamento de nível e instalação de um novo sistema de controlo de velocidade), melhoria da informação ao público (instalação de sistemas de comunicação) e a melhoria do acesso, mobilidade e conforto dos passageiros (beneficiação de estações e apeadeiros e melhoria dos acessos para pessoas com mobilidade condicionada).

Esta obra inclui a construção de uma nova Subestação em Sete Rios, permitindo a integração na restante rede, estimando uma poupança de cerca de 50 % do consumo energético.

As obras já estão em curso e prevê-se a sua conclusão em 2025.

4. Linha do Algarve

O principal benefício dos trabalhos em curso na Linha do Algarve é a eletrificação nos troços entre Faro e Vila Real de Santo António e entre Tunes e Lagos de modo a permitir a utilização de tração elétrica pelos serviços regionais entre Lagos e Vila Real de Santo António.

Previsão de conclusão das obras, que estão em fase avançada de execução, no decorrer de 2024.

PLANO FERROVIÁRIO NACIONAL

O Plano Ferroviário Nacional é o instrumento pensado para definir toda a rede ferroviária nacional, conferindo estabilidade ao planeamento da rede ferroviária num horizonte de médio e longo prazo.

O Plano Ferroviário Nacional foi apresentado em novembro de 2022, tendo deste então sido concluídas a consulta pública (em fevereiro de 2023), a Avaliação Ambiental Estratégica (em outubro de 2023) e sido emitida a respetiva Declaração Ambiental em março de 2024.

Atualmente, o relatório dos possíveis efeitos transfronteiriços encontra-se em avaliação pelas autoridades espanholas, podendo o Plano Nacional Ferroviário ser apresentado, discutido e aprovado na Assembleia da República após a sua pronúncia.

APOIO EXTRAORDINÁRIO AO SETOR FERROVIÁRIO

No âmbito da escalada dos preços dos combustíveis e da energia elétrica que se repercutia no setor do transporte ferroviário de mercadorias, o Governo avançou com a possibilidade de atribuição de um apoio financeiro extraordinário com vista à mitigação desse aumento de preços (Decreto-Lei n.º 79-A/2023, de 4 de setembro).

A notificação à Comissão Europeia para efeitos do regime dos auxílios de Estado foi ajustada para se encontrar em linha com o Pacto Ecológico Europeu e as orientações comunitárias sobre os auxílios de Estado às empresas de transporte ferroviário, aguardando-se a decisão da Comissão.

O XXIII Governo deixa na pasta de transição, prontos a serem aprovados pelo próximo Executivo, os projetos de Resolução do Conselho de Ministros e de Decreto-Lei (que altera o Decreto-Lei n.º 79-A/2023), conformes ao processo na Comissão, necessários à aprovação do apoio.



Obras em curso em cinco linhas do Metro do Porto

Mobilidade Urbana

OBRAS

Metro do Porto

Estão em curso investimentos de 1.079 M€ (inclui 56,5M€ de material circulante) na expansão do Metro do Porto e estão previstos mais 342 M€ em investimentos futuros.

Investimentos em curso (1.079M€):

1. Linha Rosa (Estação da Galiza) – 305 M€

- Assegurará a ligação entre S. Bento e a Rotunda da Boavista.
- Aumentará a procura em mais de 30 M passageiros no 1.º ano e reduzirá as emissões de CO2 em quase 1.500 toneladas;
- Prazo: término das obras previsto para dez. 24 e início de operação comercial no 1.º Trim.25.

2. Linha Amarela (Santo Ovídio - Vila D'Este) – 206 M€:

- 3 novas estações: Manuel Leão | Hospital Santos Silva | Vila d'Este;
- Prazo: Conclusão das obras em dez.23 (início de atividade: abr.24).

3. Linha Rubi (Casa da Música-Santo Ovídio) – 435 M€

- Nova linha com extensão de 6,74 Km;
- Prazo: a construção da linha Rubi foi adjudicada em outubro de 2023, devendo as obras começar no 1.º Sem. de 2024 e estar concluídas em 2026.

4. BRT Boavista | Império | Praça do Salvador – 76 M€

- Nova linha de BRT (“Bus Rapid Transit”), com 3,8 km, para estabelecer a ligação entre a Praça do Império e a Rotunda da Boavista;
- Prazo: Conclusão das obras previstas no 3.º Trim. 24.

Investimentos Futuros (342 M€):

1. Foi autorizada, em outubro de 2023, a despesa para aquisição e manutenção de material circulante - 83 M€

- Permitirão assegurar a operação na Linha Rubi e reforçar a oferta nas restantes linhas da Metro do Porto.

2. Expansão da Rede - 225 M€ do PT 2030 (+ 34 M€ de Material circulante):

- Foi lançado o concurso para elaboração dos estudos prévios e avaliação de impacto ambiental das novas linhas da Trofa (investimento de cerca de 95 M€) e de Gondomar (investimento de cerca de 130 M€), para as quais também se garantir o financiamento através do Programa Sustentável 2030.

Metro de Lisboa

A expansão do Metro de Lisboa é uma aposta que corresponde a um projeto fulcral, pela sua relevância estratégica face a um dos grandes desafios da nossa geração e pelo aumento e melhoria da oferta dos serviços de transporte na Área Metropolitana de Lisboa que determina.

A expansão da rede pretende servir cada vez mais cidadãos, estimando-se um aumento de ~ de 45,6 M de passageiros no 1.º ano completo de funcionamento de todas as novas rotas.

Investimentos em curso:

1. Linha Circular - 331,4 M€

- O projeto de expansão da linha circular reorganizará a mobilidade metropolitana, aproximando cada vez mais os transportes públicos das populações;
- Prevê-se que, só com a criação da linha circular, ~ de 3.380 pessoas/dia deixem de utilizar transportes individuais;
- Este projeto prevê um prolongamento de

1.985 m da linha do Metro e a construção de 2 novas estações: Estrela e Santos;

- Obras em curso, com conclusão prevista para o 1.º S de 2025;
- O investimento total (331,4 M€) tem financiamento do POSEUR (103 M €), do PACS (94 M€) e do Fundo Ambiental 134 M€.
- Prolongamento de S. Sebastião – Alcântara (4 km) que implica a construção de 4 estações (Amoreiras/Campolide, Campo de Ourique, Infante Santo e Alcântara). Tem a vantagem de também promover a intermodalidade, criando uma articulação com os serviços da CP;
- Assinatura do contrato de empreitada a 22 de dez´ de 2023, tendo a empreitada sido adjudicada ao consórcio liderado pela Mota-Engil;
- Consignação e início da obra no 3.º T de 2024 e a conclusão no 2.º T de 2026;
- Do investimento total (405,4 M€), 357,51 M€ correspondem a fundos do PRR.

2. Expansão da linha vermelha - 405,4 M€

- Prolongamento de S. Sebastião – Alcântara (4 km) que implica a construção de 4 estações (Amoreiras/Campolide, Campo de Ourique, Infante Santo e Alcântara). Tem a vantagem de também promover a intermodalidade, criando uma articulação com os serviços da CP;
- Assinatura do contrato de empreitada a 22 de dez´ de 2023, tendo a empreitada sido adjudicada ao consórcio liderado pela Mota-Engil;
- Consignação e início da obra no 3.º T de 2024 e a conclusão no 2.º T de 2026;
- Do investimento total (405,4 M€), 357,51 M€ correspondem a fundos do PRR.

3. Construção da Linha Violeta - 527, 3M€

- Ligação, através de metro de superfície, entre Odivelas e Loures, com 11,5 km, estações e 12 veículos;

- DIA foi emitida em abril de 2023 e a 16 de novembro de 2023 foi aprovada a RCM que autoriza o financiamento, compromissos e despesas a assumir;
- Concurso para a empreitada e aquisição de material circulante lançado em janeiro 2024. Conclusão de trabalhos de modo a permitir o início de exploração no 4.º T de 2026 e conclusão total no 3.º T de 2027;
- Investimento total (527,3 M€) corresponde a fundos PRR (390 M€) e OE (137,3 M€).

SISTEMA DE MOBILIDADE DO MONDEGO

O moderno Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM), um investimento de 200 M€, parcialmente financiado pela União Europeia, contribuirá para a maior competitividade, sustentabilidade e utilidade para os cidadãos dos transportes públicos.

O SMM corresponde à implementação de um sistema de transporte público de passageiros em modo rodoviário, totalmente elétrico com uma extensão de 42 km, que fará a ligação entre Serpins, Lousã e Miranda do Corvo a Coimbra.

Esta obra é especialmente importante para a melhoria da mobilidade interna em Coimbra, mas também como forma de aproximar as populações da área suburbana de serviços essenciais em Coimbra.

Todas as empreitadas e prestações de serviço necessárias à concretização da infraestrutura foram já contratadas, bem como o fornecimento de autocarros. De modo a facilitar a deslocação no SMM foi criado um passe intermodal e instalados sistemas de bilhética comuns a todo o SMM.

Assim, espera-se que o SMM entre em funcionamento em janeiro de 2025, após a conclusão das obras necessárias, recebimento dos autocarros, licenciamento da infraestrutura e celebração do contrato de serviço público.



Obras na EN 14

Rodovia

OBRAS

Rede Complementar Rodoviária – “Missing links” e aumento da capacidade da rede:

Este investimento, a cargo das Infraestruturas de Portugal e correspondente a 320 M€ financiados pelo PRR, contribui para um melhor ordenamento do território, concretizando troços em falta na rede complementar rodoviária. Estas obras permitem também diminuir níveis elevados de congestionamento, melhorar o serviço rodoviário, aumentar a segurança rodoviária, a qualidade do ar e do ruído.

A eliminação dos missing links reforça a competitividade das empresas e produção locais, contribuindo para o crescimento económico e reforçando, também por esta via, a coesão territorial.

1. Estradas em obra:

- EN14, Maia (Via Diagonal) – Interface Rodoferroviário da Trofa (a concluir em junho/2024);
- EN14, Interface Rodoferroviário da Trofa – Santana, incluindo nova ponte sobre o Rio Ave (a concluir no 3º trimestre de 2025);
- IC35, Penafiel – Rans (a concluir em maio/2024);
- Requalificação da EN344 em Pampilhosa da Serra (a concluir em setembro/2024).

2. Estradas em fase de concurso/contratação de obra:

- EN125. Variante de Olhão – contrato assinado;
- IC2 (EN1). Meirinhas / Pombal – contrato assinado;
- IP8 (EN259). Santa Margarida do Sado / Ferreira do Alentejo, incluindo Variante de Figueira de Cavaleiros – contrato assinado;
- IP8 (A26). Aumento de Capacidade na ligação entre Sines e a A2, 1º troço: Relvas Verdes / Roncão – contrato assinado;
- EN4. Variante da Atalaia – obra adjudicada;
- IP8 (EN121). Ferreira do Alentejo / Beja, incluindo Variante a Beringel – em fase de análise de propostas.

3. Estradas em fase de preparação de concurso/projeto:

- IP2. Variante nascente de Évora;
- Ligação de Baião a Ponte de Ermida, 1º troço: EN108. Lodão/ Ponte de Ermida.
- IC35. Rans / Entre-os Rios;
- Variante à EN211 - Quintã / Mesquinhata;
- Ligação de Baião a Ponte de Ermida, 2º troço: EN321-2. Baião/Lodão;
- IP8 (A26). Aumento de Capacidade na ligação entre Sines e a A2, 1º troço: Roncão / Grândola Norte (IC1);
- Prevê-se a conclusão de todas as obras até ao final de 2025.

LIGAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS DA REDE RODOVIÁRIA

Este investimento, a cargo das Infraestruturas de Portugal e correspondente a 37 M€ financiados pelo PRR, permite assegurar ligações de proximidade aos corredores de grande capacidade, ampliando a dinâmica socioeconómica dos territórios localizados junto à fronteira. A melhoria destas ligações rodoviárias contribui também para alavancar o desenvolvimento da mobilidade

transfronteiriça de pessoas e bens tornando a fronteira um fator de união e não de separação.

As intervenções em causa compreendem tanto a requalificação de troços de vias existentes, como a construção de novos troços.

1. Estradas em fase de concurso de obra:

- EN103. Vinhais / Bragança, 1ª fase: Requalificação – em fase de receção de propostas.

2. Estradas em fase de projeto:

- EN103. Vinhais / Bragança, 2ª fase: Variante

Prevê-se a conclusão de todas as obras até ao final de 2025.

ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

Este investimento, a cargo das Infraestruturas de Portugal e correspondente a 106 M€ financiados pelo PRR, permite melhorar a acessibilidade rodoviária às Áreas de Acolhimento Empresarial (“AAE”), promovendo a atração e fixação de empresas em diversos pontos do país, favorecendo um desenvolvimento mais equilibrado do tecido produtivo, uma reindustrialização desconcentrada no território e uma otimização das cadeias logísticas do país.

Estas intervenções eliminam as situações de acesso deficitário aos grandes corredores de tráfego de médio e longo curso, eliminando custos de contexto. As intervenções em causa compreendem tanto a requalificação de troços de vias existentes, como a construção de novos troços.

1. Estradas com obras já concluídas:

- Variante à EN248 em Arruda dos Vinhos;
- Ligação à Área Industrial de Fontiscos e reformulação do Nó de Ermida (Santo Tirso).

2. Estradas em fase de obras:

- Ligação ao Parque Industrial do Mundão: Requalificação da EN229 Viseu – Sátão (a concluir em abril de 2024);
- Acessibilidades à Zona Industrial de Riachos (a concluir em novembro de 2024);

- Ligação ao Parque Industrial do Mundão: EN229 – ex-IP5 / Parque Industrial do Mundão (a concluir no 1º Trim. de 2025);

3. Estradas em fase de concurso/contratação da obra:

- Acesso do Parque Empresarial de Camporês ao IC8 (Ansião) – contrato assinado;
- Ligação da Zona Industrial de Rio Maior à EN114 – contrato assinado;
- Variante de Aljustrel – Melhoria das acessibilidades à Zona de Extração Mineira e à Área de Localização Empresarial – obra adjudicada.

4. Estradas em fase de projeto:

- Melhoria das acessibilidades à Área de Localização Empresarial de Lavagueiras (Castelo de Paiva).

Prevê-se a conclusão de todas as obras até ao final de 2025.

e km 55+600, concluída a 30 setembro 2021 (0,7 M€);

- Estabilização do talude de escavação ao km 63, concluída a 12 outubro 2022 (1,4 M€).

Em contratação de obra:

- Duplicação do troço entre Santa Comba Dão e Viseu (130 M€).

Em projeto:

- Duplicação do troço entre Souselas e Penacova (130 M€);
- Duplicação do troço entre Penacova e Santa Comba Dão (80 M€);
- C-ITS com base em informação em tempo real (12,5 M€).

Prevê-se a conclusão de todas as obras até ao início de 2028.

DUPLICAÇÃO DO IP3 ENTRE SOUSELAS (COIMBRA)/ IC2 E VISEU/ A25

A intervenção tem dois grandes objetivos:

- Aumentar a capacidade de tráfego, diminuindo o seu congestionamento;
- Aumentar os níveis de segurança, diminuindo a sinistralidade registada nesta infraestrutura.

Esta obra permitirá diminuir a sinistralidade observada nesta infraestrutura, bem como obter uma redução do tempo de percurso entre Coimbra e Viseu em 34% (de 65 para 43 minutos). Como tal, o investimento contribui para o reforço da coesão territorial e para o crescimento económico, muito especialmente pelo aumento da competitividade das empresas e produção locais.

Intervenções já concluídas:

- Requalificação do troço entre o nó de Penacova e o nó do Lagoa Azul, concluída a 15 abril de 2021 (13 M€);
- Estabilização dos taludes de aterro aos km 48+650

Recuperação de Património

INVESTIMENTOS EM CURSO NO PATRIMÓNIO CULTURAL

1. Palácio Nacional da Ajuda (PRR) → A empreitada “Conservação e restauro das fachadas do Pátio” estará concluída em abril de 2024;
2. Mosteiro dos Jerónimos (PRR) → A conclusão da intervenção na “Conservação e restauro da Fachada Sul” está prevista para maio de 2024;
3. Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa (PRR) → Estão em curso 3 intervenções, cujo prazo para conclusão é maio de 2024;
4. Museu de Alberto Sampaio (PRR) → Estão em curso obras para revisão do sistema elétrico e iluminação claustro, instalação de ascensor exterior para acessibilidade universal e a implementação e revisão sistema deteção de incêndios. Deverão estar concluídas em julho de 2024.
5. Museu Nacional Grão Vasco (PRR) → O prazo contratual para conclusão da intervenção “Reabilitação de espaços interiores” é maio de 2024;
6. Mosteiro da Batalha (PRR) → O projeto de recuperação das coberturas da Sala do Capítulo está em curso e a conclusão está prevista para o mês de julho de 2024;
7. Teatro Camões (PRR) → Estão em curso obras para ampliação e reabilitação do edifício, uma intervenção no Foyer (Atelier Risco – Autoria), a reabilitação de Coberturas e fachadas e espaços interiores, a instalação de sistemas de climatização AVAC e de iluminação e uma atualização das condições de segurança. As obras estarão concluídas em setembro de 2024;
8. Museu Nacional Resistência e Liberdade / Peniche → A intervenção de museografia e sinalética termina em abril de 2024, estando a inauguração do MNRL prevista para 27 de abril de 2024, assinalando o dia em que foram libertados os presos políticos da prisão de Peniche;
9. Palácio Foz → O projeto de reabilitação geral e de reabilitação das coberturas do Palácio Foz está em curso e prevê-se a conclusão da reabilitação das coberturas em fevereiro de 2025 e a conclusão da reabilitação geral em setembro de 2025.



Museu Nacional Resistência e Liberdade tem prevista inauguração para abril

Professores

COLOCAÇÃO DE PROFESSORES

Foi publicada em Diário da República, no dia 29/03/2024, a portaria que determina o número de vagas a que os professores poderão concorrer no concurso interno e externo em 2024. Através desta portaria são abertas 20.853 vagas em Quadros de Escola e Agrupamento e criadas 7.077 vagas para novas vinculações.

- **No dia 25/03/2024 foi publicado o aviso de abertura com a regras relativas ao concurso. Neste âmbito, os docentes poderão candidatar-se ao concurso a partir da semana que se inicia a 1 de abril de 2024.**

Adicionalmente, no dia 22/03/2024 foram publicadas as listas do concurso de transição de docentes dos anteriores 10 Quadros de Zona Pedagógica para os novos 63 Quadros de Zona Pedagógica.

Cumpr-se, assim, o compromisso do Governo com a estabilização das equipas educativas das escolas, através da redução do número de professores contratados e colocados em Quadros de Zona Pedagógica (QZP), criando-se vagas em Quadro de Escola e Agrupamento, fixando os professores em escolas e não em regiões.

Através destes passos, conclui-se o triplo objetivo da revisão do Regime de Gestão e Recrutamento de Professores: Vincular, Aproximar e Fixar.



Novo regime de colocação de professores entra em vigor este ano



Barragem do Pisão é estratégica para o combate à seca

Água

DESSALINIZADORA DO ALGARVE

De modo a minimizar os efeitos de escassez hídrica na região do Algarve, definiu-se a instalação de uma unidade de dessalinização. Neste âmbito, foi acordado com a Águas do Algarve. SA. (AdA), no valor de 54M€, a construção de uma dessalinizadora que será localizada em Albufeira com uma capacidade de 24hm³/ano, equipada numa 1ª fase para 16 hm³/ano.

- Encontra-se em procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental. Foi já lançado o concurso para a conceção/construção da unidade, em 16/02/24, que se prevê que decorra até junho 2024 (durante o período para apresentação de propostas será incorporado a DIA).

APROVEITAMENTO HIDRÁULICO DE FINS MÚLTIPLOS DO CRATO (BARRAGEM DO PISÃO)

Este projeto de gestão hídrica para aumento de disponibilidade de água, mitigação de cheias e secas, é

estratégico para a valorização do Interior. Concretiza uma ambição de décadas dos 15 municípios da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) e corresponde a um investimento total de 151,4 M€.

Objetivos: contribuir para a dupla transição climática e energética, promover a reconversão agrícola, o desenvolvimento económico (com a criação estimada de 500 postos de trabalho diretos) e estimular a implementação de novas atividades (agroindustriais, turismo, engenharia e desenvolvimento tecnológico, entre outros).

Este projeto inclui componentes distintas:

- Infraestruturas primárias – A barragem, o açude a jusante e a mini-hídrica;
- Infraestruturas das redes primária e secundária de rega – A estação elevatória de rega, a conduta elevatória, o reservatório de regulação e as redes de rega;
- Infraestruturas complementares de rega;

- A conduta de ligação da Albufeira do Pisão até à estação de águas de Póvoa e Meadas para consumo urbano;
- Instalação de uma central fotovoltaica e rede elétrica de transporte de energia entre o empreendimento e a linha de transporte.

A 31 de julho de 2021, foi assinado o contrato de financiamento entre a Estrutura de Missão Recuperar Portugal e a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

As diferentes componentes do projeto encontram-se em estados diferentes de desenvolvimento, sendo que as infraestruturas primárias são as que se encontram mais avançadas. A 21 de agosto de 2023, foi publicado em DRE do Concurso Público para a empreitada das infraestruturas primárias, com valor base de 71,7 M€. Porém, devido à complexidade do processo, a CIM-Alto Alentejo prorrogou o prazo para apresentação de propostas até maio de 2024, com redução do prazo para execução da obra de 1000 dias para 910 dias.

Quanto às infraestruturas secundárias, estão em curso diferentes reajustamentos ao projeto de execução, sendo que o lançamento desta empreitada está previsto para o 2T de 2024.

Paralelamente, está a ser preparado o concurso para a elaboração do Plano de Pormenor e Projeto de Execução para a reinstalação da Aldeia do Pisão, em articulação com a Associação dos Habitantes, União das Juntas de Freguesia de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso e Município do Crato. Em curso está também o processo de expropriações dos terrenos rústicos e da aldeia.

O projeto de execução da central fotovoltaica já se encontra desenvolvido, tendo sido cumpridas as condicionantes decorrentes da Declaração de Impacte Ambiental.

Este investimento deverá ser concluído até ao 4.º Trim. de 2026.

PROGRAMA NACIONAL DE REGADIOS (PNREGADIOS) E CONSTRUÇÃO DA ESTRATÉGIA REGADIO 2030

O PNRegadios foi prorrogado até 2028 e o seu orçamento foi reforçado para assegurar a execução plena do Programa.

Em dezembro de 2023, 70% dos projetos já estavam

concluídos ou em execução, destacando-se os projetos emblemáticos concretizados dos blocos V e VI da obra de rega da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (33 M€) e do Circuito Hidráulico de Évora e respetivo Bloco de rega (14 M€) enquadrado no EFMA.

Prosseguindo a construção da Estratégia Regadio 2030 e a definição de um modelo estável de gestão dos recursos destinados à rega e de governança do regadio, decorreu, entre maio e julho de 2023, o trabalho de contributos para a elaboração do Livro Branco do Regadio Público e da respetiva Estratégia, com reuniões regionais e consulta pública.

Está destinado a este fim um investimento global de 608 M€.

Dos projetos previstos em desenvolvimento até 2026, destacam-se: o Aproveitamento Hidroagrícola de Maceiras - Valpaços (13 M€), a Rede de Rega do Xévoa (25 M€) e a ligação da Albufeira do Monte da Rocha a Alqueva e respetivo bloco de rega da Messejana (30 M€).

Combate a Incêndios

MEIOS AÉREOS DECIR (DISPOSITIVO ESPECIAL DE COMBATE A INCÊNDIOS RURAIS)

- Adquiridos 6 Helicópteros Bombardeiros Médios (HEBM):
 - 2 já entregues em 2023;
 - 2 a receber em 2024;
 - 2 a receber em 2025.
- Aquisição em curso de 3 HEBM adicionais, com entrega prevista até 2026;
- Está em curso a empreitada de remodelação do Hangar para HEBM (prazo previsto conclusão DEZ24);

- Está em fase de adjudicação a empreitada de construção de Edifício de Esquadra para HEBM (prazo previsto conclusão JUL25).

AQUISIÇÃO DE VIATURAS PARA A GNR/SEPNA

- No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, irá reforçar-se o sistema de prevenção e combate de incêndios, nomeadamente através da aquisição de veículos e equipamentos operacionais. Foram já adquiridos 10 veículos ligeiras de combate a incêndios e 26 veículos operacionais híbridos plug-in TT. Com um investimento de cerca de 1,5 M€, as viaturas estarão prontas a entregar a partir de abril de 2024.



Dois novos helicópteros para combate a incêndios serão entregues este ano

PROTEÇÃO CIVIL

- Construção do Comando Regional de Emergência e Proteção Civil Norte da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, em Vila Real - em fase final de conclusão;
- Aquisição de 81 veículos florestais para serem entregues aos Corpos de Bombeiros - já adjudicados e com início da entrega previsto para abril/maio 2024;
- Aquisição de equipamentos de proteção individual para Bombeiros, com os primeiros equipamentos já entregues a cerca de 2.300 bombeiros e as restantes entregas previstas até ao final de 2024;
- Construção de um novo Data Center para a Rede Nacional de Segurança Interna, num investimento de 6M€ PRR, com conclusão prevista para 2025.

Energia

PRODUÇÃO DE ENERGIA EÓLICA OFFSHORE

De modo a acelerar a incorporação de fontes de energia renovável na produção de eletricidade e robustecer a segurança de abastecimento, está em curso um procedimento concorrencial para a instalação e exploração de centros electroprodutores baseados em fontes de energias renováveis de origem ou localização oceânica (eólicas offshore).

- 49 consórcios manifestaram o seu interesse no leilão nacional, demonstrando o potencial do nosso país e a confiança dos investidores. Foi concluída a fase de diálogo com as empresas que manifestaram interesse. A fase de pré-qualificação e licitação deverá ser iniciada ainda durante o 1.º semestre do ano, assim que sejam definidos os termos do leilão, com base nos contributos do Grupo de Trabalho técnico criado para o efeito.

ACELERAÇÃO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: BALCÃO ÚNICO

Para acelerar a transição energética em curso, e assim assegurar energia segura, verde e a preços acessíveis, o Governo aprovou em Conselho de Ministros uma nova Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis (EMER2030), um balcão único, centralizado, que assegurará processos mais céleres e transparentes.

A operacionalização da EMER2030 irá permitir concretizar o Balcão Único para o licenciamento e monitorização de projetos de energias renováveis; avançar com a definição e aplicação do Programa Setorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis; desenvolver o calendário anual de atribuição de nova capacidade para projetos de renováveis; e capacitar 500 dirigentes e técnicos da Administração Pública.

COMPRA CENTRALIZADA DE BIOMETANO E HIDROGÉNIO VERDE

De modo a potenciar a nova fileira dos gases renováveis, de elevado valor acrescentado e potenciadora da descarbonização do país será lançado um leilão de compra centralizada de biometano e hidrogénio.



Investimento em energia de fonte renovável

Estima-se que o apoio à produção de gases renováveis corresponda a 140 M€.

- As peças concursais encontram-se preparadas e as condições referentes aos auxílios de Estado já foram negociadas com a Comissão Europeia. O leilão encontra-se pronto para lançamento.

REFORÇO DA COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA INTENSIVA EM ELETRICIDADE

A indústria com consumos intensivos de eletricidade desempenha um importante papel na economia nacional, em termos de emprego, valor acrescentado e exportações. Para reforçar a competitividade da indústria, ao mesmo tempo que se promove a sua descarbonização, este Governo encontrava-se a trabalhar na revisão e melhoria do Estatuto do Cliente Eletrointensivo (ECE), incluindo os mecanismos de fornecimento de eletricidade verde.

Em diálogo com o setor, o Governo elaborou as propostas de alteração do enquadramento legal e notificou a Comissão Europeia no âmbito do regime de Auxílios de Estado. É fundamental concluir o processo de notificação junto da Comissão Europeia, atualizar a legislação e concretizar o regime, contribuindo assim para um crescimento económico sustentável e a manutenção e criação de emprego.

SEGURANÇA DE ABASTECIMENTO: ARMAZENAMENTO ELÉTRICO

O armazenamento de energia através de baterias é fundamental para assegurar uma maior integração da produção renovável no sistema elétrico, em condições de segurança de abastecimento e com qualidade de serviço. Encontra-se em fase de lançamento o concurso PRR para a promoção do armazenamento.

O concurso permitirá instalar uma capacidade de armazenamento de 500MW até 2025, que deverá ser potenciada por novos concursos, incluindo para nova capacidade de bombagem, e pelo desenho de novos modelos de remuneração que fomentem este mercado, salvaguardando o interesse dos consumidores.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO DO LÍTIO EM BOTICAS E ATRIBUIÇÃO DO EQUIVALENTE A 100% DOS ROYALTIES AOS MUNICÍPIOS

De modo a potenciar o desenvolvimento e a inovação ao longo da cadeia de valor do lítio, promover a contínua valorização do recurso de forma ambiental e socialmente sustentável e a afirmar a liderança de Portugal neste domínio, foi feito o trabalho preparatório para a criação do Centro de Inovação para a Valorização do Lítio em Boticas. Em paralelo, e de modo a garantir a devida valorização dos territórios, pretendia-se assegurar o equivalente a 100% dos royalties aos municípios onde ocorra a atividade extrativa.

- O Grupo de Trabalho criado para propor o modelo de operacionalização do Centro já entregou a primeira versão do relatório, e está pronto para aprovação o diploma que assegura o pagamento do equivalente a 100% dos royalties aos municípios.

PLANO DE AÇÃO PARA O COMBATE À POBREZA ENERGÉTICA 2023-2030

Para operacionalizar a Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2023-2050 (ELPPE) aprovada por este Governo, que visa a erradicação da pobreza energética em Portugal até 2050 e a proteção dos consumidores vulneráveis, integrando-os de forma ativa na transição energética e climática, o Observatório Nacional da Pobreza Energética elaborou o Plano de Ação para esta década.

O Plano foi delineado tendo por base os eixos estratégicos da ELPPE: sustentabilidade energética e ambiental da habitação; acesso universal a serviços energéticos essenciais; ação territorial integrada; e conhecimento e atuação informada.



Alteração do perfil estratégico da Agência Lusa

Media

ALTERAÇÃO DO PERFIL ESTRATÉGICO DA LUSA

Esta medida subdivide-se em 3 eixos de ação:

- Aquisição das participações sociais detidas pelos acionistas Páginas Civilizadas, Lda. (22,35%), e Global Notícias – Media Group, S. A. (23,36%), no capital social da Lusa;
- Alteração dos estatutos da Lusa, introduzindo um novo modelo de governação que inclua um novo órgão social (conselho de supervisão), composto por agentes do setor da comunicação social, e com poderes para designar o conselho de administração da empresa;
- Elaboração de nova Resolução de Conselho de Ministros, e elaboração, assinatura e submissão ao Tribunal de Contas de um novo contrato de serviço público, que permita disponibilizar, de modo gratuito, o serviço da Lusa a todos os órgãos de

comunicação social (OCS), abrindo ao público todos os conteúdos produzidos pela Agência;

O 1.º Eixo é essencial para dar seguimento aos seguintes. Assim, o Governo, através dos serviços competentes, procurou assegurar o seu cumprimento, com uma série de diligências junto daqueles acionistas, após avaliação dos capitais próprios da Lusa, validada pelos serviços do Ministério das Finanças.

As partes chegaram a acordo quanto ao valor unitário a pagar por ação, dentro dos limites máximos previamente definidos.

Contudo, o acordo estava ainda dependente:

- Do pagamento da dívida acumulada pelo Grupo Global Media junto da Lusa (cerca de 0,8M€).

- De um consenso político alargado para o negócio.

A primeira condição foi aceite pelos acionistas privados.

No entanto, as negociações não foram finalizadas, precisamente, por falta de consenso político, uma vez que o Partido Social Democrata deu nota pública, a 29-11-2023, de que considera que negócio deveria ser concluído pelo próximo Governo.

Partindo do pressuposto de que as negociações com os acionistas privados podem ser concluídas nas condições acordadas em novembro de 2023, estima-se que os eixos de ação 2) e 3) possam ser concluídos em 6 meses.

Quanto ao valor da operação de aquisição de participações sociais, estima-se que venha a ter um custo de cerca de 2,62M€, valor a pagar, em simultâneo, com a liquidação integral da dívida dos acionistas privados junto da Lusa (cerca de 0,8M€).

Para além do custo com a aquisição das participações sociais, a disponibilização gratuita do serviço da Agência Lusa a outros OCS decorrente de uma futura revisão do contrato de serviço público implicaria um aumento de indemnização compensatória a partir de 2025, que ascenderia a 25,4M€ no primeiro ano, e 22,4€/ano nos anos seguintes (valores sem IVA).

RTP – CONTRATO DE CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE MÍDIA

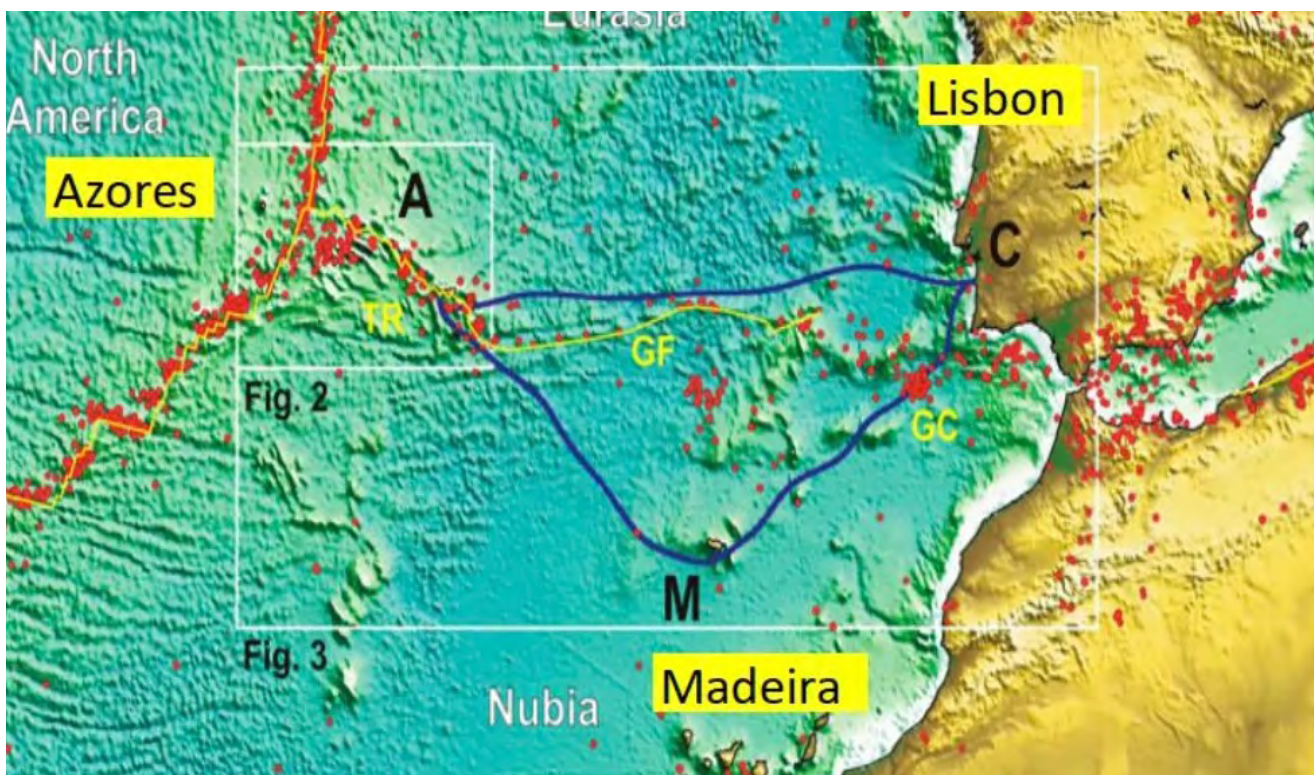
Nos termos da Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido, o contrato de concessão do serviço público de média deve ser revisto no final de cada período de quatro anos. O atual contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão está em vigor desde março de 2015, nunca tendo sido revisto desde então.

No presente mandato, foi realizado um estudo prévio sobre a situação atual, com uma visão comparada sobre os modelos de outros países europeus, e com uma consulta alargada a dirigentes, ex-dirigentes e trabalhadores da RTP, académicos, personalidades do setor dos média em Portugal, entre outros. Este estudo culminou na publicação da obra “Serviço Público de Média – Livro Branco”, trabalho de uma comissão coordenada por Felisbela Lopes. Esta reflexão justifica-se, desde logo, pelas transformações aceleradas que o audiovisual tem vindo a sofrer, uma vez que os modelos de radiodifusão sonora e televisiva têm vindo a ser progressivamente complementados por uma variedade de outros serviços audiovisuais, que vão assumindo nos consumos de média um papel cada vez mais central.

Com a presente revisão, propõe-se uma atualização das cláusulas relativas à oferta de canais (“serviços de programas”) e de serviços audiovisuais complementares, estabelecendo obrigações de serviço público concretas para todos os serviços de programas e no digital, às obrigações de antena e às obrigações de investimento em produção audiovisual independente. Como principais propostas, destaca-se um canal dirigido aos públicos infantis e juvenis, que deverá substituir a RTP Memória, uma alteração que não prejudica a exploração do acervo dos arquivos RTP pelos restantes serviços de programas, em particular pela RTP2.

Ainda que as recomendações do Livro Branco apontem a importância de se rever os mecanismos de prestação de contas e monitorização do cumprimento das obrigações de serviço público, a interrupção dos trabalhos não permitiu essa reflexão. Pelo mesmo motivo, a revisão também não incidiu na dimensão do financiamento, mantendo-se as cláusulas correspondentes inalteradas, carecendo ainda de revisão. Do mesmo modo, o objetivo inicial seria que esta nova versão do contrato coincidissem com a nomeação de um novo conselho de administração da RTP para o triénio 2024-2026 – processo atualmente em curso, tendo o conselho geral independente convidado o atual conselho de administração a apresentar um plano estratégico para a concessionária -, o que também não se afigurou possível.

Atendendo à ampla reflexão e trabalho já realizados, espera-se que, com a divulgação deste documento de trabalho, o mesmo possa contribuir para a revisão do contrato de concessão que será prosseguida pelo novo governo.



Novos cabos submarinos vão ligar Portugal continental à Madeira e Açores

Digitalização

CABOS SUBMARINOS

Portugal é dotado de condições geográficas e naturais que favorecem a instalação e amarração de cabos submarinos, com águas territoriais que permitem jurisdição sobre uma vasta área oceânica. É o único país do mundo que tem ligação através a todos os continentes habitados através deste tipo de infraestrutura.

Atualmente já existem 9 cabos submarinos internacionais a amarrar em Portugal, que incluem infraestruturas centrais de comunicação como o Africa Coast to Europe, o Equiano, o EllaLink ou o Europe India Gateway.

Encontra-se já programada a entrada em operação de mais 3 cabos submarinos, a amarrar em Portugal:

- O cabo 2Africa, cuja instalação já foi reconhecida como ação de relevante interesse público em fevereiro de 2024, prevendo-se a sua entrada em operação em 2024;
- O cabo Medusa Submarine Cable System, cuja instalação já foi reconhecida como ação de

relevante interesse público também em fevereiro de 2024, prevendo-se a sua entrada em operação em 2025;

- O cabo Nuvem, que ligará Portugal aos Estados Unidos da América deverá ser instalado até 2026.

Adicionalmente, será construído um novo sistema de cabos submarinos, central para a conectividade entre Portugal Continental e as regiões autónomas, o sistema de cabos Anel Atlantic CAM (Continente-Açores-Madeira). Este sistema irá substituir o atual sistema CAM Ring, que está no fim da sua vida útil.

O contrato para fornecimento e instalação dos cabos já foi assinado pela Infraestruturas de Portugal, faltando apenas a celebração do contrato de subconcessão da exploração. Assim, espera-se que a instalação do sistema de cabos e a sua entrada em funcionamento possa ser concluída em 2026.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DOS TRIBUNAIS

Estão em desenvolvimento novas funcionalidades que vão integrar o novo interface para acesso dos Mandatários ao eTribunal, o ecossistema de aplicações de suporte aos tribunais, que já permite, desde 28 de novembro de 2023, aos advogados e os solicitadores aceder às jurisdições Comum e Administrativa e Fiscal num único ponto, dispensando-os de ter de utilizar dois sistemas diferentes. Estão a ser desenvolvidas novas ferramentas que vão apoiar o trabalho dos magistrados judiciais e do Ministério Público, através das interfaces Magistratus e do MPCodex, designadamente com recurso à inteligência artificial.

Equipamentos de Justiça

OBRAS

1. Estabelecimento prisional de Lisboa

O encerramento do EPL era um compromisso assumido pelo XXIII Governo. Este estabelecimento prisional, que recebeu os primeiros reclusos em 1885, apresentava sinais de vetustez e degradação que o tornavam desadequado a continuar a cumprir essa função. A necessidade do seu encerramento vinha já sendo suscitada há vários anos, quer por organismos nacionais, como o Provedor de Justiça, quer por organismos internacionais, como o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes.

Em novembro de 2022, foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros que aprovou a despesa e a assunção dos encargos plurianuais, tendo em vista a requalificação/construção de infraestruturas noutros estabelecimentos prisionais geograficamente próximos de Lisboa, permitindo aumentar a lotação e a capacidade de alojamento existente e assim receber os reclusos do EPL.

Já foram iniciadas e estão em curso 4 das 6

empreitadas (P3 Tires e PPT's Alcoentre, Linhó e Sintra), que têm previsão de conclusão em 2024 (março, julho e setembro).

Foi já iniciada a elaboração dos restantes 2 projetos (Reduto Norte Caxias e P3 Gémeo Tires).

O investimento total até 2026 é de 24 M€.

A transferência dos primeiros 162 reclusos a sair do EPL deverá ocorrer até ao início do segundo semestre de 2024, com a conclusão da empreitada em Tires.

2. Tribunal Central Administrativo do Centro

Foi assinado o protocolo com a Câmara Municipal de Castelo Branco que vai permitir a instalação do Tribunal Central Administrativo do Centro. É o terceiro TCA criado, 20 anos após a entrada em funcionamento dos TCAs do Norte e do Sul e será fundamental para a diminuição das pendências na 2ª instância da jurisdição administrativa e fiscal, contribuindo para aumentar a eficiência da resposta da justiça económica.



Estabelecimento Prisional de Lisboa vai ser encerrado

3. Novo Palácio da Justiça de Beja

O novo edifício do Palácio da Justiça de Beja, que vai acolher o Tribunal Administrativo e Fiscal, o Juízo de Família e Menores, o Juízo do Trabalho e o Juízo Local Cível, num só espaço físico, moderno, funcional e adaptado às necessidades das várias entidades, está em construção e deverá estar concluído em 2024.

4. Novo Pólo do Centro de Estudos Judiciários em Vila do Conde

Foi assinado o contrato interadministrativo com a Câmara Municipal de Vila do Conde para instalar o novo Pólo de Formação do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) no antigo Convento do Carmo. A obra, no valor de cerca de 1M€, deverá estar concluída em 2025 e permitirá, pela primeira vez, realizar a formação inicial dos futuros magistrados judiciais e do ministério público fora de Lisboa e duplicar a capacidade formativa do CEJ.

5. Nova Diretoria do Sul da Polícia Judiciária

A empreitada de construção do novo edifício da Diretoria do Sul da PJ, em Faro, já começou e tem conclusão prevista para setembro 2024. O investimento ronda os 6M€.

6. Gabinete de Medicina Legal e Forense da Lezíria do Tejo

Foi criada a nova instalação do Gabinete de Medicina Legal e Forense da Lezíria do Tejo, em Santarém, que estará concluída no início de abril de 2024, permitindo realizar todas as perícias médico-forenses nas mesmas instalações, localizadas na Unidade Hospitalar.



Em 2024, há obras em curso para 10 instalações da GNR e da PSP

Equipamentos das Forças de Segurança

INSTALAÇÕES

Empreitadas em execução, em 2024, no âmbito da Programação de Infraestruturas e Equipamentos das Forças de Segurança do Ministério da Administração Interna:

- GNR
 - ALPIARÇA – Posto Territorial Alpiarça;
 - AVIS – Posto Territorial Avis;
 - CORUCHE – Destacamento Territorial Coruche;
 - GUIMARÃES – Posto Territorial Lordelo;
 - PENICHE – Posto Territorial Peniche (UCC);
 - PORTO – Destacamento de Ação Fiscal Porto;
 - SANTARÉM – Comando Territorial Santarém.
- PSP
 - ENTRONCAMENTO – Esquadra da PSP;
 - VILA DO CONDE – Divisão Policial;
 - LISBOA – Edifício para a Direção Nacional da PSP (Departamento de Segurança Privada).

- Ainda em 2024, serão executadas empreitadas no âmbito de 34 contratos interadministrativos ou protocolos, no valor de 45.2 M€.

VEÍCULOS

- Em 2024 e 2025 serão entregues à GNR e à PSP 789 veículos ligeiros, 3 veículos pesados e 96 motociclos (37 M€).

EQUIPAMENTOS

- Em 2024 está prevista a aquisição de:
 - 20.606 armas;
 - 13.692 equipamentos de proteção individual;
 - 658 equipamentos de apoio à atividade operacional;
 - 1.557 equipamentos para funções especializadas;
 - 10.069 equipamentos de Tecnologias de Informação e comunicação.



Aquisição de cinco KC-390

Equipamentos Militares

CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA DO ATLÂNTICO E PLATAFORMA NAVAL

- Contrato de construção da Plataforma Naval Multifuncional assinado entre a Marinha e o Estaleiro construtor, entrou em vigor a 12JAN24;
- Prazo de entrega do Navio da República Portuguesa D. João II (Plataforma Naval Multifuncional) é JUN2026.

LEI DE PROGRAMAÇÃO MILITAR

1. Programa KC-390 – aquisição de 5 Aeronaves

- Entrega de 1 Aeronave/ano desde 2023 até 2027.

2. Construção de 6 Navios Patrulha Oceânica (NPO)

- Recebeu o visto do Tribunal de Contas no dia 15 de março de 2024. A entrega prevista é de 1Navio/ano entre 2026 e 2029 e 2Navios em 2030.

3. Construção de 1 Navio de Patrulha Costeira (NPC)

- Está em fase de elaboração das peças do procedimento para lançamento do concurso.

4. Aquisição de 2 navios reabastecedores (AOR)

- Está em fase de elaboração das peças do procedimento para lançamento do concurso.

5. Aquisição de sistema anti-drone

- Pronto para lançamento do concurso.

6. Ciberdefesa

- Estão em curso os concursos para a construção da Escola de Ciberdefesa e para a contratação de serviços de formação e consultoria.

OUTROS PROJETOS

1. Recuperação do Posto de Comando do MFA na Pontinha

- Falta apenas a consignação da obra.

Fundos Europeus

PT2020

O Portugal 2020, incluindo FEADER e FEAMP e excluindo REACT-EU, atingiu no final de janeiro de 2024 uma taxa de compromisso de 113% e uma taxa de execução de 98% dos fundos programados. No subconjunto dos fundos da Coesão (FEDER, FSE e FC) a taxa de execução já ultrapassou os 100% de fundo europeu (101%).

Portugal tem assumido ao longo de todo o período de programação os primeiros lugares do ranking dos Estados-Membros com melhor execução dos fundos comunitários, considerando os países com orçamentos superiores a 7 mil M€. Os dados de pagamento intermédios da Comissão Europeia em percentagem do orçamento total de final de fevereiro revelam que Portugal estava em quarto lugar com 90,55%, o que corresponde a mais de 4 pontos percentuais acima da média europeia (86,1%).

Relativamente aos recursos provenientes do Next Generation EU, a taxa de compromisso do REACT situou-se em 106% e a taxa de execução em 89%; o Desenvolvimento Rural regista uma taxa de compromisso de 106% e uma taxa de execução de 61%. Note-se que os recursos do FEADER incluem o pacote de transição da PAC (anos 21-22, do QFP 21-27) e que, por isso, têm um período de execução mais prolongado - até final de 2025).

PT2030

Já foram lançados 328 avisos, envolvendo mais de 5 mil M€ de fundo europeu. Existem 731 operações já aprovadas a que correspondem 963M€ de fundo aprovado, 429M€ de fundo executado e 71 M€ de fundo pago.



Portugal está nos primeiros lugares do ranking da execução dos fundos comunitários

Administração Pública

RECRUTAMENTO CENTRALIZADO PARA A AP

Com o objetivo de atrair recursos humanos qualificados e revitalizar a Administração Pública, o Governo definiu o objetivo de realizar anualmente, até 2026, novos procedimentos de recrutamento centralizado, tendo por base as necessidades dos serviços. Em 2023, o Governo lançou um procedimento concursal centralizado que permitirá a contratação de 1.200 novos técnicos superiores para a AP. No âmbito deste processo de recrutamento foram rececionadas perto de 19 mil candidaturas, submetidas entre os dias 20 de outubro e 6 de novembro, com uma média de idades a fixar-se nos 35 anos, sendo que cerca de 40% das candidaturas são de candidatos com 29 ou menos anos. O número de candidaturas alcançado é demonstrativo da atratividade da Administração Pública.

Este concurso permitirá a constituição de reservas de recrutamento abrangendo as áreas jurídica, económica, financeira, de gestão patrimonial e de planeamento, controlo e avaliação de políticas públicas. Após a constituição das reservas de recrutamentos, que se prevê acontecer no segundo trimestre de 2024, são publicitados

procedimentos de oferta de colocação que permitirão aos candidatos manifestarem as suas preferências, sendo depois convocados para a realização das entrevistas de avaliação de competências pelos empregadores públicos. As reservas de recrutamento podem ser utilizadas para a contratação de trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado ou a termo resolutivo, desde que os candidatos manifestem disponibilidade para ocupar esses postos de trabalho.

Após a fase de análise de candidaturas e processos de audiência de interessados, na semana de 4 a 8 de março, foram elaboradas e publicadas as listas finais de admitidos e excluídos. Nas mesmas datas foram remetidas as convocatórias para a prova de conhecimento a realizar entre os dias 19 a 22 de março. O apuramento dos resultados de cada prova de conhecimento e a respetiva publicação dos resultados está prevista para o período de 25 de março e 8 de abril, sendo posteriormente efetuadas as convocatórias para as provas de avaliação psicológica.



Conselho de Ministros de 25 de março realiza-se no Campus APP

EDIFÍCIO CAMPUS APP

Encontra-se em curso o projeto de adequação do Edifício Campus APP, o Campus da Administração Pública Portuguesa, para ocupação futura por parte das áreas governativas e de entidades respetivas, promovendo a eficiência dos serviços públicos.

Encontram-se já em obra os pisos 7 e 8 do edifício, sendo necessário assim lançar os concursos de arquitetura e construção civil dos restantes pisos.

Prevê-se que este investimento, de cerca de 40 M€, esteja concluído em setembro de 2027.



Até 2026 serão abertas mais 24 Lojas de Cidadão

Serviços Públicos

LOJAS DE CIDADÃO E ESPAÇOS CIDADÃO

Estão atualmente abertos e em funcionamento 71 Lojas de Cidadão e 874 Espaços Cidadão.

Até 2026 serão abertas mais 24 Lojas de Cidadão e 275 Espaços Cidadão:

- 2024 - 4 Lojas de Cidadão e 95 Espaços Cidadão;
- 2025 - 11 Lojas de Cidadão e 150 Espaços Cidadão;
- 2026 - 9 Lojas de Cidadão e 30 Espaços Cidadão.

